

VIM, VI, ESCREVI: a experiência euclidiana dos sertões.

Vitor Batalhone Jr.¹

Resumo: O presente artigo propõe analisar como a alteridade radical do sertão experimentada por Euclides da Cunha ao longo de sua participação na campanha de Canudos modulou de forma singular sua apreensão da realidade sertaneja. Educado na Escola Militar da Praia Vermelha segundo as teorias científicas em voga à época, o autor percebeu continuamente que a relação entre seus pressupostos científicos e a realidade do sertão era por demais fugidia. Para dar conta do conflito oriundo de suas intenções originais de escrever uma história de Canudos ao mesmo tempo em que um estudo científico sobre o sertão, restou ao autor apenas a liberdade camuflada de suas descrições literárias e o lastro de seu testemunho.

Palavras-chave: *Os sertões*; historiografia; alteridade.

Abstract: The following article seeks to analyze how the radical otherness of Brazilian backlands experienced by Euclides da Cunha during his role at Canudos war had singularly modulated his apprehension of the inner land reality. Educated according to fashioned scientific theories of the day at the Military School of Praia Vermelha, the author had steady realized that the relation between his own scientific assumptions and the backland reality was too much fugitive. In order to solve the conflict between his very first intentions of writing Canudos' history and also a scientific study on the backland has just left him the camouflaged freedom of his literary descriptions and the warrant of his witness.

Keywords: *Os sertões*; historiography; otherness.

1. A formação positivista e a ocular científica

Euclides da Cunha nasceu no dia 24 de novembro de 1866 em uma fazenda em Santa Rita do Rio Negro no interior fluminense, filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, um guarda livros dos cafeicultores do vale do Paraíba do Sul, e de Eudóxia Moreira, herdeira de pequenas propriedades. Ficou órfão logo aos três anos de idade quando sua mãe morreu de tuberculose, sendo então criado por suas tias. Em Teresópolis, na casa de sua tia Rosinda, o jovem Euclides passou parte de sua vida a qual lembraria “fotograficamente” em contraposição ao período que passou em São Joaquim, na casa de outra tia, Laura. Sua experiência em engenhos fluminenses e fazendas cafeeiras paulistas marcaram Euclides com a memória de um Brasil bastante diferente daquele que conheceria em breve (RABELLO, 1946, p.9-14; NEVES, 2003, p.16).

Durante a adolescência, foi morar na Corte para realizar seus estudos. Esse período de sua vida foi marcado pela ebulição do movimento republicano (1870). Quando estudou no Colégio Aquino teve aulas de matemática com Benjamin Constant, professor entusiasta do positivismo de Auguste Comte com quem aprendeu os primeiros ensinamentos de tal doutrina. Em 1884, ingressou na Escola Politécnica, para logo depois, em 1886, se transferir à

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Formado em História pela UFRGS (Bolsista PROPESQ/UFRGS-CNPQ 2007-2008). Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Bolsista Fulbright-CAPES). Visiting Student Research Collaborator na Princeton University. Pesquisa sobre teoria da história e história da historiografia.

Escola Militar da Praia Vermelha, na qual se graduou em Engenharia. Apesar dos talentos literários que demonstrou desde a juventude, a frágil situação econômica de sua família o direcionou para a carreira de Engenheiro, destino comum aos menos abastados da época (RABELLO, 1946, p.18, 22, 24; CASTRO, 1995, p.30-31, 51).

A Escola Militar, a “academia dentro de um quartel” ou, o “Tabernáculo da Ciência”, formou Euclides segundo as doutrinas científicas então em voga. Concomitantemente aos revezes políticos e militares que ocorriam no país, a partir de 1850 difundiam-se no Brasil tais doutrinas que poderíamos reunir sob a rubrica de científicas. Tais ideias eram bastante populares entre os jovens, mais especificamente o evolucionismo e o positivismo através de autores como Comte, Spencer e Huxley. Desta forma, a Escola Militar se constituiu em terreno fértil para a difusão de ideias que possibilitaram o surgimento de um “culto à ciência”. Estar em compasso com o progresso era o que regulava as ações e os pensamentos destes jovens. Constantes, porém, eram os surgimentos de apropriações difusas de científico, evolucionismo e positivismo com o objetivo de harmonizá-las à realidade sociocultural brasileira. Este emaranhado teórico culminava, não raramente, na identificação de tal ideário com a figura de Comte, considerado o “pai fundador” do culto à ciência.

“O mais importante para os jovens ‘científicos’ não eram filigranas doutrinárias, e sim o espírito geral dessas doutrinas. Se havia diferenças entre os autores, estas eram minimizadas por aquilo que afirmavam em comum: a fé no progresso e na posição de destaque devida à ciência” (RABELLO, 1946, p.37; CASTRO, 1995, p.43, 73).

Esse conjunto difuso de noções que chamaremos de científico possibilitou que os alunos entendessem seus autores prediletos sob a lógica de um núcleo de ideias comuns e não segundo as especificidades de cada autor. Assim, fosse o positivismo de Comte, o evolucionismo social de Spencer ou o evolucionismo biológico de Darwin, os *cadetes-filósofos* retinham antes os argumentos teóricos e políticos que estivessem relacionados às ideias de progresso e ciência aplicáveis ao seu contexto político-social do que uma apropriação complexa de tais teorias enquanto um todo sistematizado. Todavia, não devemos esquecer que os alunos da Escola Militar não viviam flutuando sobre tais teorias. Eles estavam situados não somente segundo coordenadas ideais, mas também segundo coordenadas materiais. Estes indivíduos viviam cotidianamente a experiência de um mundo em rápida transmutação. Se numa noite saíam de casa sob as luzes de lamparinas a óleo, na noite seguinte se maravilhavam com a iluminação à eletricidade:

Vertigem e aceleração do tempo. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. [. . .] Tudo parecia

mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas (NEVES, 2003, p.15).

Estes sujeitos estavam experimentando o ápice de um novo regime temporal e histórico. O século XIX foi, acima de tudo, o século da história global e da ideologia do *progresso*. A experimentação do tempo para um indivíduo que morasse em uma cidade moderna em qualquer lugar do planeta durante o período referido havia mudado radicalmente se comparado aos períodos anteriores. As inovações tecnológicas crescentes, ditadas por um ritmo de aceleração em progressão geométrica, cada vez mais diminuía o tempo de assimilação de novas experiências alterando a experiência do tempo dos indivíduos (KOSELLECK, 2004, p.104; HARTOG, 2003, p.28, 116, 137-138).

O passado progressivamente perdia relevância frente ao futuro, uma vez que não mais era possível retirar lições exemplares diretamente aplicáveis ao presente e que os sentidos implicados às instituições e experiências compartilhados por uma sociedade qualquer se tornavam progressivamente estranhos à própria sociedade. O evento pretérito exemplar perdia seu sentido frente à força de uma história singular e progressista, pois se a história progredia, o que seria possível apreender com um passado em constante defasagem? A partir daquele momento, existiria então a história, e não mais histórias. Isso porque a partir da modernidade, a experiência do tempo começou a ser pautada por uma espécie de roteiro linear, processual e progressivo no qual a civilização ocidental de matriz europeia surgia como parâmetro fundamental. A partir do século XVIII, as filosofias da história modernas separaram ainda a *história*, entendida como história das ações humanas, da história natural, e disto surgiu uma nova concepção temporal segundo a qual, o tempo não mais era regido pelos dados astronômicos ou sucessões dinásticas. A temporalidade da natureza sobrepunha-se o tempo acelerado do *progresso* e as nações tornaram-se, desde as primeiras décadas do século XIX, as personagens principais desse drama universal (KOSELLECK, 2004, p.28-47; D'ALLONNES, 2008, p.13-14, 76-80).

Era esse o choque cotidianamente experimentado pelos cadetes da Escola Militar, principalmente por aqueles que vinham do interior do país para realizar seus estudos no Rio de Janeiro. Se na capital o progresso havia chegado de surpresa e se instalado de maneira perene ao mesmo tempo em que uma República havia sido proclamada quase que de improviso com a ajuda destes mesmos cadetes, no interior a vida seguia regulada pelo tempo da natureza; é que o tempo natural não reconhece os limites do calendário humano. Dois

cenários antagônicos conviviam desde então sobre um mesmo espaço político (NEVES, 2003, p.16).

Euclides da Cunha não fugiu à regra. Sua forma de enxergar o mundo era fortemente condicionada pelas teorias e filosofias que apreendera nesta época de estudos. *Os sertões* estão repletos de referências a esses autores especialmente caros a Euclides, por exemplo, Gumpłowicz, Henry Buckle ou Taine. As teorias “cientificistas” que formaram o arcabouço teórico de nosso autor moldaram não apenas sua forma de enxergar a realidade, mas também de construir seus objetos de observação e estudo. Sua percepção de um mundo regulado por uma temporalidade acelerada rumo ao progresso da civilização lhe era confirmada cotidianamente, embora não sem conflitos.

Em março de 1897, após a terceira expedição do Exército republicano, Euclides publicou *A Nossa Vendeia*, seu primeiro artigo sobre a guerra. Tal artigo associava diretamente Canudos ao movimento antirrepublicano francês de 1793, mostrando a visão negativa que seu autor possuía do arraial e seus habitantes. Construído sobre relatos de viajantes e naturalistas que tentaram descrever o sertão, além de atribuir motivações restauradoras aos insurgentes, o artigo registra ainda a forma como os sertanejos foram depreciados por meio de um vocabulário e uma ideologia “cientificista”. Para Euclides, o sertanejo fanático era um retrógrado, uma pessoa atrasada e sem instrução, com crenças diferentes das suas e que não comungava os louros da civilização coroada pela ciência de sua época. Segundo sua experiência, o sertão era ainda regido pelo tempo quase imutável da natureza, e seus habitantes conheciam poucas necessidades além daquelas da sobrevivência. O sertanejo, no momento da publicação do artigo, é para o autor acima de tudo um bárbaro, um selvagem, um *outro* alheio ao mundo que considerava melhor e mais verdadeiro. Dicotomia que se acentuou quando o autor foi enviado ao sertão baiano para cobrir jornalisticamente a guerra de Canudos (RABELLO, 1946, p.88).²

Ao aportar em Salvador, comparou a capital baiana a Bizâncio em relação ao grau de opulência. Descreveu ainda a reunião das tropas republicanas, ressaltando a multiplicidade “racial”, as origens “raciais” da população brasileira, “num refluxo prodigioso da nossa história”. Mais uma vez, a “lente objetiva” científica de nosso autor insistia em “enquadrar”

² *A Nossa Vendeia* foi publicado em dois artigos distintos no periódico *O Estado de São Paulo*, o primeiro em 14/03/1897, e o segundo em 17/07/1897. O primeiro artigo tratava da geografia do sertão, o segundo das táticas militares do Exército nacional e dos jagunços, tecendo uma avaliação sobre essas e admoestando as tropas quanto aos erros que haviam cometido e as medidas a serem adotadas para suprimi-los. Resumidamente, o primeiro artigo esboçava *A Terra*, e o segundo, *O Homem e A Luta*. CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. Organizado por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.11-13, 43-61.

de forma hierárquica e qualitativamente negativa o outro que não compartilhasse de suas crenças ou não pertencesse ao seu mundo, mas dessa vez os objetos de seu olhar reprovador foram os “mestiços proteiformes” que formavam as fileiras do Exército brasileiro e lutavam a seu lado. As teorias científicas que formavam o arcabouço epistemológico de Euclides moldaram sua forma de enxergar a realidade e de construir seus objetos de observação e estudo (CUNHA, 2000, p.111; RABELLO, 1946, p.91-92).

O primeiro choque de Euclides é com a alteridade do cenário da guerra e de suas personagens: *um lugar*, o qual parado no tempo da natureza, não acompanhou a *evolução*, o *progresso* da civilização e que pode ser comparado à Idade Média opulenta de Bizâncio contra a moderação e a sobriedade dos tempos modernos; *um homem*, que fanático e ingênuo, ainda não havia aprendido as lições que a civilização e a ciência tinham a oferecer a seus devotos. O sertão é para nosso autor, acima de tudo, ruína. Ruínas de um passado colonial de traços ibéricos que ao mesmo tempo pareciam irromper no presente, não pertencendo de todo ao passado e desorientando os projetos de futuro modernizadores (DECCA, 2001, p.153).

Euclides embarcou no vaso militar *Espírito Santo* no dia 3 de agosto. Essa foi sua primeira viagem por mar e, ao longo dela, passou muito mal, chegando a escrever que foram “quatro longos dias de verdadeira tortura”. Chegando a Salvador, “Bizâncio retrógrada”, passou vinte e quatro dias visitando arquivos, observando a cidade, os comboios que iam e vinham de Canudos, escutando rumores da guerra que corriam entre a população tais como as ameaças de restauração monárquica atribuídas aos jagunços que os meios de comunicação da época faziam circular como verdades absolutas. Recolheu informações de militares, visitou hospitais, entrevistou testemunhas fossem elas soldados ou jagunços, conferindo grande credibilidade a essas fontes (CUNHA, 200, p.63; RABELLO, 1946, p.92-98, 100-104, 140).

Era a oportunidade que Euclides teve para observar num mesmo local, brasileiros de diversas regiões e situações socioeconômicas, desde os “netos dos antigos bandeirantes e dos farrapos, que queriam repetir nos sertões as façanhas dos avós”, até os sertanejos nativos dos estados do Norte e Nordeste brasileiros. Disso resultou sua percepção de que o sertão representava a persistência substancial de parte de uma temporalidade pretérita existente ainda no seu próprio presente. Para o autor, o sertão parecia se manifestar conforme a experiência de uma temporalidade radicalmente diversa daquela ordenada pela “civilização”: o sertão era uma ilha de passado em meio à correnteza do progresso. Esse descompasso temporal o incomodava. Segundo suas concepções, o sertanejo retrógrado e o sertão impregnado de *ethos* colonial impediam o ótimo desenvolvimento da nação. Entretanto, sua experiência de uma

temporalidade diferente daquela de seu próprio tempo, apesar de indesejada, não era descabida. Segundo sua teoria para a história do Brasil – o antagonismo entre Litoral e Sertão, e entre Norte e Sul – um descompasso de cenários dividia o país, e dessa forma, Euclides viu “toda essa gente como uma numerosa prole que há muitos séculos tivesse abandonado o regaço materno para voltar agora ‘num refluxo prodigioso de nossa história’” (RABELLO, 1946, p.92). O descompasso temporal sentido pelo autor é tão marcante que ele descreveu, por exemplo, as estradas que levavam à zona do conflito como análogas romanas:

Quem, ainda hoje, observa essas monumentais estradas romanas, largas e sólidas, inacessíveis à ação do tempo, lembrando ainda a época gloriosa em que sobre elas ressoava a marcha das legiões invencíveis, irradiando pelos quatro pontos do horizonte, para a Gália, para a Ibéria, para a Germânia, compreende a tática fulminante de César... (CUNHA, 2000, p.61)

A percepção de que havia um descompasso de temporalidades entre o interior do país e seu litoral era recorrente entre os brasileiros letrados do século XIX, marcando profundamente Euclides da Cunha, o qual criou analogias e comparações entre o Brasil que observara e a Antiguidade sobre a qual lera. As metáforas envolvendo a Antiguidade não cessaram em seu artigo *A Nossa Vendeia*, mas antes, espalharam-se ao longo das centenas de páginas d’*Os sertões*.³ Conforme Leopoldo Bernucci, a expressão euclidiana “Tróia de taipa” referente a Canudos era uma:

Metáfora usada para aludir a Tróia, situada na região onde hoje é a Turquia, e que resistiu durante toda uma década contra a tomada dos gregos. Homero, de forma épica, narra na *Iliada* os acontecimentos que levaram por fim a cidade a ser invadida pelos guerreiros gregos. A metáfora em Euclides é complexa, pois se por um lado enobrece a resistência de Canudos e a coragem e persistência dos jagunços, ao evocar as famosas façanhas cantadas por Homero, por outro compromete estas mesmas qualidades, através do uso do epíteto *de taipa*, designando as construções do arraial versus as *de pedra* dos antigos troianos (CUNHA, 2002, p.192).⁴

No dia 30 de agosto, Euclides partiu rumo a Canudos a bordo de um trem. Quando chegou a Queimadas, um “pequeno e atrasado” “arraial obscuro”, em 1º de setembro, um novo universo se abriu ao autor, ao mesmo tempo em que o limite do dizível se fez sentir com toda intensidade: a partir daquele ponto, Euclides nunca havia estado (RABELLO, 1946, p.105; CUNHA, 2000, p.132).

³ Vicente Dobroruka analisou como Euclides da Cunha usou autores antigos para realizar comparações e analogias entre esses e os sertanejos de Canudos, como forma de criar uma imagem negativa dos últimos. DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo, Ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora UNB, 2004, p.19-75. Sobre a recepção da antiguidade clássica em Euclides da Cunha, ver: KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

⁴ Texto referente à nota número 31.

Mais abaixo, caindo para a direita, uma vereda estreita e sinistra – a estrada para Monte Santo. Percorri-a, hoje, pela manhã, até certa distância, a cavalo, e entrei pela primeira vez nas caatingas, satisfazendo uma curiosidade ardente, longamente alimentada. Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. De um sei eu que ante ela faria prodígios. [. . .] nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas [sic] teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos (CUNHA, 2000, p.134).

Sua formação de engenheiro pouco o havia ajudado a entender aquela paisagem. Realidade e teorias não se encaixavam perante o juízo da experimentação direta do sertão. Euclides aproveitou seus dias recolhendo testemunhos, estudando a flora e o solo da região. Queimadas tornava-se assim a porta para outro mundo cuja “separação social completa dilatava a distancia geográfica” (RABELLO, 1946, p.106).

No dia 4 de setembro ele partiu para Monte Santo. Aos 16, a comitiva chegou a Canudos. No dia 25, usando binóculos, o autor assistiu ao fechamento do cerco que havia começado no dia anterior da sede da comissão de engenharia. Seriam as piores cenas que veria em sua vida, desejando ele, que aquilo tudo logo acabasse. Durante os dias que permaneceu em Canudos, Euclides recolheu mais material para seu livro, anotando mais modismos sertanejos, observando mais fatos, estudando mais flora e fauna, além do solo e da geografia da região, sua temperatura, pressão e altitudes de vários pontos, “todas elas, preocupações do correspondente que planejava já o livro que não fosse um simples relato da campanha, mas um amplo estudo sobre a natureza e o homem dos sertões nordestinos”. Também “possuía Euclides vários croquis de Canudos e das suas trincheiras, feitos a lápis: um panorama apanhado do alto da Favela, a garganta de Cocorobó, o casario do arraial, as ruínas das igrejas”. Na manhã do dia 28, acompanhando oficiais do Estado-Maior, Euclides entrou no arraial e comparou-o a uma necrópole antiga cheia de mortos. Agravou-se, nesse momento, o sentimento de repulsa e cumplicidade pela “barbárie republicana” com a qual até então havia compactuado. Canudos havia se tornado um marco na vida de Euclides. No dia 17 de outubro, iniciou sua jornada de volta à “civilização”. Ao retornar, apressou-se em iniciar o que seria seu grande projeto, seu “Livro Vingador”, como forma de não perder seu testemunho sobre a Guerra de Canudos nas colunas escritas apressadamente para o *Estado de São Paulo* (CUNHA, 2000; RABELLO, 1946, p.108-110, 121-140).⁵

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

⁵ Estas colunas foram publicadas posteriormente sob o nome de *Diário de uma Expedição*.

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu (CUNHA, 2002, p.65).

Assim, Euclides pediu licença de seu emprego para se recuperar do desgaste e foi para a fazenda Trindade de seu pai em Belém do Descalvado, onde permaneceu por aproximadamente três meses para dar prosseguimento à escrita de seu planejado livro, reunindo mais material e organizando os existentes. Tal livro deveria constituir uma história da campanha de Canudos ao mesmo tempo em que uma geografia dos sertões. Ao longo desse período, contou com a colaboração fundamental de seu amigo Teodoro Sampaio, “o mais valioso colaborador de Euclides, nessa fase preparatória de seu livro”. Sampaio abriu a ele sua biblioteca, leu esboços, criticou, forneceu materiais e ideias, além de testemunhos. Francisco Escobar, outro importante colaborador, amigo e confidente, abriu-lhe também sua biblioteca, ajudou-o em pesquisas bibliográficas e em traduções do latim, o qual Euclides nunca aprendeu. “Foste o meu melhor colaborador de *Os Sertões*, neste ermo de São José do Rio Pardo”, diria Euclides sobre seu inestimável amigo (RABELLO, 1946, p.138-147, 158).⁶

Todavia, foi apenas em 1898, quando Euclides da Cunha foi trabalhar como supervisor nas obras de uma ponte em São José do Rio Pardo, que o autor conseguiu trabalhar exclusivamente em seu livro ao longo de três anos e finalizá-lo em 1901. Apesar das dificuldades e da relutância, a livraria Laemmert o publicou no ano seguinte. *Os sertões* marcariam profundamente aqueles que se aventurassem a atravessá-lo. Ao lado do autor, os leitores percorreriam o seu longo e abrasivo texto, construído sobre as noções científicas apropriadas por Euclides e em trabalho com documentos e fontes coletados no próprio cenário da guerra ou nas bibliotecas de amigos (RABELLO, 1946, p.148-161).

Mas apesar da vontade manifestada pelo autor de ter escrito “este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos”, a obra passou a tratar também de um esboço dos “traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”. Essas seriam analisadas segundo a matriz intelectual de origem europeia apropriada difusamente pelo autor em seus tempos de cadete. Surgiram então certos problemas para o autor: havia impasses cognitivos em suas análises do homem e do sertão brasileiros que ele não soube resolver de forma plena (CUNHA, 2002, p.65).

⁶ “Sampaio, Teodoro Fernandes (1855-1937) engenheiro, historiador e etnólogo baiano. Foi um dos fundadores da Escola Politécnica de S. Paulo e do Instituto Histórico da mesma cidade. Participou da Comissão Minor Roberts, criada em 1879 com o propósito de estudar os portos e a navegação fluvial do país. Com Orville Derby, entre outros, fez o levantamento da região do rio S. Francisco e da Chapada Diamantina. Amigo de Euclides, embora monarquista, prestou-lhe imensos auxílios, sobretudo acerca da geologia, cartografia e geografia do país. Publicou *O Tupi na Geografia Nacional* (1901) e *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (1905)”. CUNHA, Euclides da, op. cit., 2002, p.784, 844.

2. A alteridade do objeto e a ficcionalidade da narrativa

Assim como seus contemporâneos do litoral brasileiro, Euclides da Cunha não conhecia a fundo o interior do país. O sertão era outra realidade para estes homens, alteridade em estado bruto. O espaço entre sertão e litoral apresentava não apenas dimensões físicas, mas também temporais e culturais. Para esses homens, o litoral vivia a temporalidade fugidia regida pelo progresso da “civilização” de matriz cultural europeia. Em contraposição, o sertão ainda era regido pelo tempo da natureza e pelas necessidades advindas da subsistência humana. Para um homem do litoral, ultrapassar estes limites era adentrar um mundo desconhecido, e “ignorar a fronteira é tão insensato quanto querer escapar ao destino” (HARTOG, 1999, p.105).

Euclides realizou tal travessia de maneira ainda mais radical, assim como fizeram aqueles que adentraram o sertão para “salvar” a República da “ameaça sertaneja”. Esses homens enfrentaram não apenas a alteridade intrínseca de um país que desconheciam, mas também os terrores da guerra. Era preciso dar voz às vítimas de Canudos, mostrar essas pessoas esquecidas pelo tempo da “civilização” e os terrores cometidos na guerra. Chocado com tais acontecimentos, Euclides se incumbiu dessa tarefa através d’*Os sertões*.

Mas ocorreu que sua obra originalmente destinada a ser apenas uma “história da Campanha de Canudos”, se desdobrou em uma série de estudos e especulações do autor sobre os “traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”, incluindo um estudo sobre o meio que forjara o sertanejo, uma vez que o autor comungava concepções teóricas oriundas do determinismo geográfico e mesológico (CUNHA, 2002, p.65).

Daí todas as idiosincrasias de uma fisiologia excepcional: o pulmão que se reduz, pela deficiência da função, e é substituído, na eliminação obrigatória do carbono, pelo fígado, sobre o qual desce pesadamente a sobrecarga da vida: organizações combatidas pela alternativa persistente de exaltações impulsivas e apatias enervadoras, sem a vibratilidade, sem o tônus muscular enérgico dos temperamentos robustos e sanguíneos. A *seleção natural*, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como consequências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma evolução regressiva. O tipo deperece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total (CUNHA, 2002, p.166-167).

Euclides, sem citar as fontes em que baseia sua argumentação, expõe sua crença no modelo normativo de *cultura e civilização* europeias vigente no século XIX. Entretanto, o autor apresenta certa indefinição cognitiva apreensível na oscilação entre o compartilhamento de ideias negativas sobre a natureza tropical propagada por letrados do século XVIII – tal como fizera o Conde de Buffon ou mesmo Montesquieu em *O Espírito das Leis* –, e os postulados do evolucionismo do século XIX. Segundo a vertente teórica do século XVIII, o meio tropical debilitava incontestavelmente o homem, levando-o à degeneração numa relação de “justa medida” entre o homem e o meio que o conforma. Se o ambiente era caracterizado como negativo, como tais autores acreditavam serem as regiões de clima tropical, seus homens e instituições conseqüentemente seriam marcados por características negativas, além de também serem incapazes de transcender tais condições. Mas a fonte de tal degenerescência era sempre o meio, nunca uma condição genética potencialmente transferível à prole de tais indivíduos (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2006; VENTURA, 2000, p.17-43).

Já o evolucionismo do século XIX, notadamente o de Charles Darwin e seu *Origin of species* (1859), tem como princípio básico a concepção de que as espécies buscam sempre se adaptar a determinado meio numa luta constante para evitar sua extinção reproduzindo a espécie, selecionando os indivíduos mais aptos à sobrevivência num processo ininterrupto de *seleção natural*. Segundo esta linha teórica, por mais que um meio possa ser agressivo e contrário a uma predeterminada condição de vida, se os seres que nele habitam conseguem sobreviver e perpetuar a espécie, isto ocorreu porque estes eram os mais aptos e afeitos à sobrevivência. A evolução que seleciona os mais fortes também propicia que o diferencial genético da espécie seja mantido e herdado pelos seus descendentes através da reprodução destes indivíduos que mantêm a carga genética coerente com o meio seletor.

Portanto, a afirmação de Euclides de que a aclimação traduz uma evolução regressiva. O tipo de perece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite à descendência até a extinção total”, é índice de uma atitude recorrente do autor em *Os sertões*. Ele agregou sem questionamentos, mas não sem o surgimento de problemas teóricos, dois postulados antagônicos. Como poderia o meio exercer ação negativa direta sobre os indivíduos, e ainda assim, essa ação do meio ser transmitida hereditariamente por *seleção natural* à descendência da espécie, sem propiciar nenhuma evolução positiva, mas sim uma “evolução regressiva” tendente à extinção? Se para nosso autor o meio influenciava diretamente sobre a compleição física dos indivíduos num processo de *seleção natural*, “visando o ideal de uma adaptação que tem, como conseqüências únicas, a máxima energia orgânica”, como poderia uma

espécie, dentro desta lógica, tender à extinção, se biologicamente ela se torna mais forte? Pois se a espécie se situa dentro da lógica de *seleção natural*, por mais que se creia que as alterações do meio sobre a espécie sejam transmitidas geneticamente à prole, como o pensou Lamarck, mesmo assim, a espécie não pode tender à extinção em função de uma “progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas” que conduzem uma espécie – no caso o sertanejo – à “mínima fortaleza moral”. Euclides, mesclando as ideias dos filósofos naturalistas do século XVIII ao evolucionismo do século XIX, condicionou o sertanejo que descreveu a um processo evolutivo conturbado, segundo o qual, o determinismo geográfico influenciaria não somente as instituições e a moral do sertanejo, mas também sua estrutura física, de maneira que ambas as características se tornariam geneticamente hereditárias, determinando negativamente o fado do homem do sertão: sua inexorável “extinção total”, já em parte atestada, na “Nota Preliminar” (CUNHA, 2002, 166-167).

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas de deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. O Jagunço destemeroso [sic.], o tabaréu ingênuo e o caipira simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 2002, p.65-66).

O autor pouco adentrou a reflexão sobre os impasses teóricos presentes em *Os sertões*, denegando-os de forma que sua exposição continuou ao longo de inúmeras páginas, somando impasses sobre impasses. Logo adiante, ele nos narrou as características de uma nova variante do determinismo geográfico. Agora não mais a ação direta do clima sobre a constituição física e a moral dos homens, mas confusamente, um determinismo onde a história foi somada às variantes geográficas do território brasileiro, para somente assim, surgirem os efeitos sobre os indivíduos:

Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio engravecido [sic.] pela ação do clima, [os sertanejos] perderam todo o apuro e este espírito de revolta, eloquentíssimo, que rugiu em todas as páginas da história do Sul. Tal contraste não se baseia, por certo, em causas étnicas primordiais. Delineada, deste modo, a influência mesológica em nosso movimento histórico, deduz-se a que exerceu sobre a nossa formação étnica (CUNHA, 2002, p.174).

Se seguirmos os argumentos de Euclides, chegaremos à conclusão de que as leis naturais da mestiçagem prestam certa obediência às determinantes históricas. Para o autor, se

o bandeirante se fez forte e corajoso o bastante para desenvolver aventuras sertão adentro, isso ocorreu antes em função de suas habitações estarem em local protegido das invasões estrangeiras pelas serras próximas, as quais funcionariam como muralhas protetoras, do que pela superioridade étnica do paulista (CUNHA, 2002, p.168-182). Já os colonos do Norte não tiveram a mesma fortuna:

É que o filho do norte não tinha um meio físico que o blindasse de igual soma de energias. Se tal acontecesse, as *bandeiras* irromperiam também do oriente e do norte e, esmagado num movimento convergente, o elemento indígena desapareceria sem traços remanescentes. Mas o colono nortista, nas *entradas* para oeste ou para o sul, batia logo de encontro à natureza adversa. Refluía prestes ao litoral sem o atrevimento dos dominadores, dos que se sentem à vontade sobre uma terra amiga, sem as ousadias oriundas da própria atração das paragens opulentas e acessíveis (CUNHA, 2002, p.173-174).

Desta forma, um argumento histórico concorre no desenvolvimento das ideias de Euclides com seus argumentos baseados nos determinismos geográfico e biológico. O que importa aqui, sobretudo, é o processo histórico que determinaria as condições geográficas às quais estarão subordinadas as raças. Se o bandeirante constituiu uma raça forte capaz de dominar outras, teria sido acima de tudo pela sua história que lhe proporcionou um meio favorável e não por uma suposta superioridade étnica. A confusão havia sido criada: se num primeiro momento nosso autor construiu sua argumentação sobre um fundamento de determinismo geográfico de ação direta sobre os indivíduos, mesclando, apesar de todos os antagonismos, a tradição filosófica naturalista do século XVIII à cientificista do século XIX, posteriormente ele agregou à argumentação central de sua obra um determinismo geográfico irreduzivelmente amalgamado ao processo histórico. Em certas passagens do livro é quase impossível determinar a qual tipo de determinismo Euclides se refere.

Além disso, aconteceu que a pregada extinção dos sertanejos pela mestiçagem – a “força motriz da História” – extraída das leituras que o autor realizou de Ludwig Gumplowicz, não estava de pleno acordo com as ideias originais deste último. Se para Euclides da Cunha “são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies” anteriormente esboçadas, e a mestiçagem é algo irreduzivelmente negativo, para o sociólogo polonês possivelmente não era assim (CUNHA, 2002, p.201).

Poligenista, Gumplowicz acreditava que a espécie humana era formada por diversas raças, de forma que em seu *A luta das raças* (1893), ele escreveu que cada tipo de raça humana havia se constituído por “fusões semelhantes de raças diferentes”. O que diferenciava determinada raça de outra não eram suas características étnico-raciais, mas sim a forma como estas conjugavam suas relações de poder e subordinação entre seus próprios membros e entre

grupos raciais distintos. Uma raça era antes definida em função de suas disputas político-sociais consolidadas ao longo de um processo histórico, do que por determinismos geográficos ou biológicos, como acreditava Euclides. Segundo Luiz Costa Lima, para o autor polonês:

A mistura de sangue não produz modificações sensíveis no espírito [. . .] [e] o sangue estrangeiro mergulha na circulação intelectual [. . .] isso equivaleria a dizer: o sangue, embora estrangeiro, deixa de sê-lo quando se integra na mesma ‘circulação intelectual’, *i.e.*, quando se amolda aos mesmos valores e interesses. Biologicamente, pois, as raças são sempre mestiças, porque, na terminologia do autor, constituídas por raças heterogêneas (COSTA LIMA, 1997, p.28-30).⁷

Desta forma, uma leitura bastante singular de Gumplowicz por parte de Euclides o levou a considerar a extinção dos sertanejos inevitável frente ao peso cultural da “civilização”, pois segundo nosso autor, enquanto mestiços, os jagunços não estavam aptos a absorver tal cultura ou a sobreviver ao que a “civilização” tinha para oferecer; sua moral, assim como seus organismos e suas capacidades intelectuais sofriam influência negativa direta do meio e da mestiçagem racial. A influência da “civilização”, longe de ter contribuído para a formação e a evolução das raças, as quais são sempre mestiças, teria atrapalhado irreduzivelmente a mestiçagem no sertão. Isto não se pode inferir obrigatoriamente da leitura do autor polonês, visto que este pautou a luta entre as raças como função de disputas sociais e políticas maiores do que o simples determinismo biológico ou geográfico. Para Gumplowicz, a disputa entre as raças possuía profunda raiz nas tensões político-sociais oriundas da divisão social do trabalho. Isto não tornava inevitáveis a Guerra de Canudos ou tão pouco a eliminação dos sertanejos pela mestiçagem, as quais foram amplamente pregadas por Euclides em sua “Nota Preliminar”. Mas acontece que, se o autor houvesse aplicado literalmente as teorias propostas por Gumplowicz – um de seus autores prediletos –, o argumento central d’*Os sertões* de narrar os acontecimentos da Guerra de Canudos numa relação com a formação das “sub-raças” sertanejas pelo modelo negativo de mestiçagem entraria em colapso. Para seguir adiante, Euclides se apropriou apenas do que era fundamental (CUNHA, 2002, p.202-203; COSTA LIMA, 1997, p.29-31).

É possível que tais impasses não tenham sido causados ou sustentados intencionalmente pelo autor, mas o fato é que ele também pouco tratou de resolvê-los. Euclides tentou conjugar certas teorias europeias a determinados objetos – o sertanejo e o sertão – que não lhe correspondiam necessariamente. Muito provavelmente não haveria uma

⁷ A primeira edição da obra foi publicada em 1883 em alemão, sob o título de *Der Rassenkampf*. Segundo Luiz Costa Lima, Euclides provavelmente leu sua tradução francesa, *La lutte des races*, de 1893.

adequação estrita nem mesmo entre os objetos propícios ao referente real europeu e tais teorias. Mas relacionar objetos tão carregados de alteridade, oriundos de uma realidade quase desconhecida, a teorias formuladas para outros contextos, não poderia ocorrer sem problemas. A questão é que nosso autor sobrecarregou sua obra com tais denegações teóricas, não se importando muito em resolvê-las. Segundo Costa Lima, quando as dificuldades surgiram, Euclides recorreu às descrições fictícias mas não necessariamente literárias sobre seus objetos, descrições que conformaram seu texto em um “corpo central” pretensamente científico e outro adjacente como uma “borda” de aspecto literário e ornamental que ressurgiria sempre que Euclides não conseguisse resolver seus impasses cognitivos. Diante de tais impasses, não existindo uma relação direta de ajuste entre teorias explicativas, realidade observada e discurso sobre o real, a construção textual de *Os sertões* ficou marcada por uma ficcionalidade intrínseca ao texto sem a qual o livro não poderia ser composto. Portanto, sua ficcionalidade não poderia se restringir aos impressionantes ornamentos literários que o autor construiu para comover seus leitores, pois tal ficcionalidade rege inclusive o núcleo pretensamente científico da obra (COSTA LIMA, 1997, p.133,157-212). Apesar disso, a insuperável alteridade do sertão exerceu suas impressões indeléveis sobre a experiência do autor:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o temo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disso, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo (CUNHA, 2002, p.66).

Em seguida, escreveu que as “disposições naturais [do sertão] se baralham, em confusão pasmosa” e que “os breves apontamentos indicados resultam que os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos, mutuam naqueles lugares as influências características de modo a não se poder afirmar qual o preponderante”. O sertão é tão estranho ao narrador, que ele não se torna passível de apreensão por quem o observa. Desta forma, teria sido por isso que ainda não havia surgido um pioneiro capaz de definir tal objeto austero, aparentemente indecifrável, pois mesmo a ciência tão adorada por Euclides, com seus métodos e instrumentos objetivos, não fora capaz de domar a alteridade “selvagem” do sertão e suas crias, os sertanejos. Nosso autor sabia que “sem leis ainda definidas”, a realidade, assim como os dados objetivos sobre o sertão, eram fugidios e desordenados. Talvez nem mesmo os ilustres Hegel e Humboldt, com todos os seus méritos e capacidades

cognitivas, teriam conseguido delimitar as características daquele objeto, pois, conforme Euclides, “a morfologia da Terra viola as leis gerais dos climas”, assim como o clima “viola as leis gerais que o regulam” (CUNHA, 2002, p.97, 101-105, 112, 133-137, 158). A respeito da hipotética gênese do tipo nacional brasileiro escreveu:

Conhecemos, deste modo, os três elementos essenciais [o africano, o índio e o português], e, imperfeitamente embora, o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles reagiram. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as fases intermediárias desse entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos, sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. Escrevemos todas as variáveis de uma fórmula intrincada, traduzindo sério problema; mas não desvendamos todas as incógnitas (CUNHA, 2002, p.153).

O autor demonstra ter noção da difícil e complexa tarefa que havia se proposto, todavia, desvendar cientificamente aquela realidade tão espantosamente carregada de alteridade era um “sério problema” cheio de “incógnitas”. Apesar das constantes denegações cognitivas, Euclides registrou inúmeros indícios de que a alteridade de seus objetos havia se contraposto a uma análise pretensamente científica dos mesmos. Caso avançasse na resolução de tais impasses, o eixo argumentativo de *Os sertões* perderia não necessariamente seu sentido, mas sua sustentação empírica em relação às especulações teóricas do autor, para além da qual restaria a narração do conflito n’A Luta. De grande obra interpretativa sobre a Guerra de Canudos, assim como da formação étnico-histórica do Brasil, restaria o relato sobre o massacre cujo o oblívio pressagiara o próprio autor. Era preciso conservar esse relato intacto. A estratégia utilizada foi legitimar sua narrativa através de seu próprio testemunho, como que afirmando: “se pelas leis que enunciei, ainda não é crível o que estou a narrar, que o seja pelo fato de que *eu vi*, de que *eu presenciei* tais fatos”.

3. A autópsia euclidiana

A ficcionalidade presente em *Os sertões* não pode ser compreendida no sentido da ficção literária. A relação entre as teorias e concepções de Euclides sobre seus objetos – sertão e sertanejo – não encontravam adequação, fazendo com que apesar das mesmas prefigurarem sua percepção do real, caminhos cognitivos sem saída ressurgiam amiúde. Os estudos realizados pelo autor, antes de seu contato direto com o objeto, assim como a coleta de fontes realizada por ele, foram orientadas por seus pressupostos teóricos. Buscou-se como dado do real aquilo que se estava preparado para perceber. Tal conjunto preconcebido de

teorias não resistiu quando foi confrontado com as experiências do sertão e da guerra. Incoerências “camufladas”, difusamente conjugadas sob as dimensões literária e científica do texto. Assim, a questão seria como diante dos impasses surgidos pelo confronto das preconcepções do autor frente à experiência da realidade do sertão, a parte ficcional de *Os sertões* foi construída e legitimada pelo testemunho euclidiano, o qual funciona no texto como garantia de veracidade do que foi narrado por um *eu* que *viu* e que atesta aquilo que é narrado.

Segundo François Hartog, o olho do viajante autoriza o narrador a descrever aquilo que *testemunhou* ou que *ouviu* de um terceiro que *viu* através do procedimento que ele denomina *autópsia*. O narrador garante assim a narrativa, pois “trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”. A hipótese é que Euclides da Cunha, apesar de todo o investimento teórico e erudito que realizara, ao se chocar com a realidade sertaneja apenas conseguiu fundamentar sua narrativa ao lastreá-la no conteúdo de verdade implicitamente autêntico de seu testemunho enquanto um *eu* que *viu* e experimentou os eventos narrados, mesmo que suas concepções sobre tal realidade e eventos fossem ficcionais conforme previamente argumentado (HARTOG, 1999, p.263, 273).

No início do livro o autor começa o trabalho de associação de narrativas descritivas do meio a um “olhar” sobre a paisagem narrada. Esta descrição tem como objeto a geografia do planalto central brasileiro, à qual se seguirá a do sertão sob os mesmos parâmetros. Euclides escreveu que “o olhar, livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e abreviam, se dilatam em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra amplíssima lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas...”; e logo adiante continuou a descrever, afirmando que “vê-se, de fato, que três formações geognósticas [sic.] díspares, de idades mal determinadas, aí se substituem, ou se entrelaçam, em estratificações discordantes, formando o domínio exclusivo de umas, ou a combinação de todas, os traços variáveis da fisionomia da terra” (CUNHA, 2002, p.72).

Por que descrever tal paisagem usando expressões como “o olhar” e “vê-se” em lugar de citar fontes de referência, se Euclides realizou um considerável trabalho com mapas e outros documentos acerca da geografia e da geologia descrita em *Os sertões*? Os dados retirados da observação direta do meio foram possivelmente poucos, uma vez que, na época da expedição a Canudos, o autor não havia viajado por toda a extensa região descrita, a qual engloba desde os “litorais do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas”, até “os mesmos contornos alpestres e perturbados” que se estendem de Minas Gerais à Bahia. Euclides não se

importou em extrapolar suas interpretações e conclusões científicas com base em uma amostragem de dados limitada: “o sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum” (CUNHA, 2002, p.71-78, 109).

Euclides nunca havia estado no sertão até o dia 1º de setembro de 1897, quando chegou a Queimadas. A questão é que para a ótima realização da estratégia desenvolvida ao longo de toda a obra, era de suma importância já no início do texto, usar expressões que conotassem a noção do olhar legitimador da narrativa. Euclides não se absteve tão pouco do recurso à primeira pessoa em suas descrições. Seria de se supor que isso contrariaria seus pressupostos oriundos dos anos de estudos na Escola Militar, segundo os quais a objetividade era essencial para o bom desenvolvimento de toda e qualquer atividade científica, como ele mesmo demonstrou ao procurar “dados fixos e positivos” sobre os ciclos das secas no Nordeste ou quando afirmou a gênese do jagunço sertanejo sobre uma “demonstração [que] é positiva”. Segundo tal perspectiva, o autor deveria se retirar, se distanciar do seu objeto para não “contaminar” seus estudos com o fantasma da subjetividade. Apesar disso, escreveu que “as camadas [geológicas] anteriores”, “*vimos* superpostas às rochas graníticas”, “as mesmas rochas que *vimos* se substituírem em alongado roteiro pela superfície” (CUNHA, 2002, p.75-76, 111, 183).⁸

Em seguida, o autor traçou uma estratégia narrativa ainda mais interessante ao associar a descrição e o “olhar” à busca de experiências imagéticas na memória dos leitores, como quando escreveu que os “menires colossais”, “*recordando* na disposição dos grandes blocos superpostos, em rimas, muramentos [sic.] de ciclópicos coliseus em ruínas”, achados que “*lembram* monumentos de uma sociedade obscura”. Desta forma, Euclides criou não apenas um efeito de familiaridade entre o leitor esperado e a alteridade do objeto descrito, como também *fez ver um saber*. Ele possibilitou aos leitores *verem* uma forma de paisagem através da imaginação estimulada pelo seu texto. Para que estes pudessem imaginar tal *visão* de “menires colossais” e a imagem contida no texto euclidiano era necessário que existisse um *saber compartilhado* que pudesse servir de substrato para a tradução realizada pelo autor em sua ação de narrar e descrever a alteridade do objeto. Somente então uma paisagem sertaneja ainda pouco familiar ao autor poderia ser apreendida de alguma forma pelos leitores que, assim como Euclides, também não estavam familiarizados com este *outro* em questão (HARTOG, 1999, p.50, 77-85).

⁸ Grifos meus.

A partir de então, Euclides deixa cada vez mais claro que está seguindo junto com o leitor neste olhar pela paisagem brasileira: “atravessemos-la”, conclama o autor. “E o *observador* que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido” perante a alteridade “excepcional e selvagem” daquela entrada para o sertão onde “*vê-se* o traço de um outro rio, o Vaza-Barris” além do qual “entra-se afinal, em cheio, no sertão adusto... É uma paisagem impressionadora” (CUNHA, 2002, p.78-87).

A alternância entre primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular não ocorreu sem tensões, visto que num primeiro momento a cientificidade de seu texto depende da supressão da subjetividade do autor. Entretanto, parece ter sido impossível a Euclides se isentar do próprio texto, levando-lhe a utilizar a terceira pessoa em suas descrições. O choque frente à realidade da paisagem era demasiado, criando uma instabilidade na manutenção da terceira pessoa verbal enquanto índice de objetividade científica. Isso dificultava que Euclides validasse sua narrativa com base em seus pressupostos teóricos e consequente trabalho de fontes. A alternativa foi recorrer ao poder do *eu vi*, da *autópsia* como forma de validação de seus enunciados.

Daí a impressão *dolorosa* que nos domina ao *atravessarmos* aquele ignoto trecho de sertão [. . .] Do alto da Serra de Monte Santo atentando-se para a região, estendia em torno num raio de quinze léguas, nota-se, como num mapa em relevo, a sua conformação orográfica. E *vê-se* que as cordas de serras, *ao invés de se alongarem para o nascente, medianas aos traçados do Vaza-Barris e Itapicuru, formando-lhes* [sic.] *o divortium aquarum, progridem para o norte.* [. . .] *Vimos* como a natureza, em roda, lhe imita o regime brutal – calcando-o em terreno agro, sem os cenários opulentos das serras e dos tabuleiros ou dos sem-fins das chapadas – mas feito um misto em que *tais disposições naturais se baralham, em confusão pasmosa*: planícies que revelam séries de cômoros, retalhados de algares; morros que o contraste das várzeas faz de grande altura e estão poucas dezenas de metros sobre o solo, e tabuleiros que em sendo percorridos mostram a acidentação [sic.] caótica de boqueirões escancelados e brutos. Nada mais dos belos efeitos das desnudações lentas, no remodelar os pendores, no desapertar os horizontes e no desatar – amplíssimos – os gerais pelo teso das cordilheiras, dando aos quadros naturais a encantadora grandeza de perspectivas em que o céu e a terra se fundem em difusão longínqua e surpreendedora de cores... (CUNHA, 2002, p.95-98)⁹

A palavra “vimos” inicia o parágrafo que atua como conclusão das descrições precedentes e logo a seguir Euclides passou da descrição da geologia do sertão e dos planaltos para a descrição da flora sertaneja. Ou seja, o início da conclusão de suas descrições geológicas pretensamente científicas ficou marcado por uma expressão verbal em primeira pessoa do plural que além de indicar relativa subjetividade na construção da narrativa denotou

⁹ Grifos meus.

significado referente ao sentido da visão, e respectivas implicações, como uma espécie de “convite” ao leitor para seguir “olhando” as descrições junto ao narrador através do texto. As descrições científicas que Euclides fez do meio, baseadas em estudos prévios à entrada no sertão, são afiançadas e fundamentadas no testemunho do autor sobre aquilo que ele próprio alegou ter experimentado. O autor ainda fez referência à complexidade “surpreendedora” de seu objeto, ao escrever que “tais disposições naturais se baralham, em confusão pasmosa”. A ciência é limitada perante a alteridade do sertão. A garantia da estrutura narrativa e sua pretensão à cientificidade é justamente a alegação da experiência sensorial da paisagem descrita. Euclides chega mesmo a reconhecer parte dos limites de suas intenções científicas:

Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir. [...] De sorte que, sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo. O que se segue são vagas conjeturas. Atravessemos-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. Além disto os dados de um termômetro único e de um aneroide suspeito, misérrimo arsenal científico com que ali lidamos, nem mesmo vagos lineamentos darão de climas que divergem segundo as menores disposições topográficas, criando aspectos díspares entre lugares limítrofes (CUNHA, 2002, p.102).

Por mais limitadas que fossem sua “impressão isolada”, suas “vagas conjeturas”, desfavorecidas pelo objeto “contraposto à serenidade [à objetividade] do pensamento”, e por mais que as emoções da guerra também tenham atrapalhado seu trabalho, o que o autor pretendia era fazer o trabalho pioneiro de submeter o sertão à ciência até então impotente perante o mesmo. Euclides compreendia parcialmente a rebeldia do sertão face à ciência e seus recursos tecnológicos. A prova que teve de enfrentar era o constante desacordo entre seus equipamentos e conhecimentos prévios em relação à realidade observada. As leis que regiam o sertão ainda eram ignoradas. Euclides se outorgou, portanto, a posição do observador mais capaz de realizar tal tarefa de apreensão do sertão, mesmo que seus equipamentos e arcabouço teórico-epistemológico lhe colocassem em desajuste face aos problemas já referidos. Ainda assim, era ele o “olho da ciência”. O sertanejo ao contrário, mesmo com tamanha adaptação ao meio, ficava rotineiramente cego diante daquela paisagem aterradora. Desta forma, novamente o que o autor escreveu surgiu carregado de pretensão à cientificidade, mas a validade deste conhecimento foi dada pelo fato de que, apesar das possíveis incorreções dos dados apresentados, havia sido ele quem os recolheu. Ele *viu*, sentiu e experimentou o sertão

como não fizeram antes outros pesquisadores (CUNHA, 2002, p.102-105, 110, 207, 235-236).¹⁰

Euclides recorreu ao poder da *autópsia*, à legitimidade de seu testemunho aceito como fidedigno *a priori*, uma vez que ele havia sido um engenheiro formado sob o rigor do objetivismo positivista e das luzes da civilização. Entre o trecho romanceado do início da descrição das chuvas e a afirmação de que o sertão era um paraíso, seguida de mais descrições literárias carregadas de um aspecto maravilhoso sobre paisagem, o autor escreveu a seguinte frase: “E ao tornar da travessia o *viajante*, pasmo, não vê mais o deserto”. Ora, quem seria esse viajante senão o autor conduzindo consigo através do texto seus companheiros leitores? O recurso à terceira pessoa do singular do verbo *ver* como ausência de marca de enunciação é sintomático da operação de *autópsia*. Aparentemente se abstendo do texto, o que ocorre é um efeito de convencimento do leitor pela narrativa. Recurso que visava construir a imparcialidade e a objetividade de enunciados maravilhosos e estranhos aos leitores (CUNHA, 2002, p.123-126, 130-132).¹¹

Descrever é ver e fazer ver: é dizer o que você viu, tudo o que viu e nada mais do que viu. [. . .] A ausência das marcas de enunciação ou seu apagamento é, pois, uma das técnicas empregadas pelo narrador para aumentar o peso da alteridade de sua narrativa. Ele dá a impressão de transmitir ao destinatário a alteridade em “estado bruto” ou “selvagem”. Todavia, os vestígios enunciativos que pontuam a descrição dirigem-se ao saber implícito do destinatário e orientam a maneira como este a recebe. [. . .] Como não busco fazê-los [os leitores] crer, vocês podem, em suma, crer em mim ainda mais. [. . .] O fazer crer do narrador enxerta-se, com efeito, no querer-crer do público, do mesmo modo que em sua recusa de crer. [. . .] A recusa de crer é, pois, recuperada e serve, no fim das contas, para reforçar o fazer-crer da narrativa (HARTOG, 1999, p.261,269, 301-302).

Por isso é sintomático o fato de que a *autópsia* euclidiana surja justamente no momento em que o discurso científico se mostra inábil para lidar com a descrição maravilhosa, ou seja, a possibilidade de existir vida e beleza numa paisagem aparentemente estéril. Quando a ciência não basta, surgem as descrições romanceadas e o poder legitimador do testemunho. O narrador-testemunha coloca diante dos olhos dos leitores o elemento maravilhoso daquilo que ele já havia visto antes e por isso o endossa. Este elemento fantástico cria efeito de realidade na medida em que é atestado pela testemunha e é aceito pelo leitor

¹⁰ “Nem sempre, porém, pode aventurar-se à façanha arriscada. Uma moléstia extravagante completa a sua desdita – a hemeralopia. Esta falsa cegueira é paradoxalmente feita pelas reações da luz; nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos fulgurantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua. É uma plethora do olhar. Mal o sol se esconde no poente a vítima nada mais vê. Está cega. A noite afoga-a, de súbito, antes de envolver a terra. E na manha seguinte a vista extinta lhe revive, acendendo-se no primeiro lampejo do levante, para se pagar, de novo, à tarde, com intermitência dolorosa”.

¹¹ Grifos meus.

como parâmetro descritivo de alteridade justamente porque se dirige ao *outro*, diferente e distante do *eu* (HARTOG, 1999, p.242, 261).

Tradução da diferença entre aquém e além, o *thôma* [o elemento maravilhoso] produz finalmente um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro. [. . .] Nesse postulado repousa sua verossimilhança. Na medida em que sua presença na narrativa produz um efeito sério, na medida em que cria um efeito de realidade (e há o feito sério apenas porque há efeito de realidade), enfim, na medida em que repousa no olho-medida do viajante, o *thôma* é bem um procedimento para fazer-criar, desenvolvido pela narrativa de viagem. [. . .] A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. [. . .] O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso). [. . .] Dessa relação entre a visão e a persuasão, o texto hindu faz um princípio jurídico: deve-se crer naquele que viu. Já a narrativa de viagem faz dessa mesma relação um princípio de escrita e um argumento de persuasão voltado para o destinatário: o “eu vi” é como um operador de crença. [. . .] O invisível (para vocês) eu torno “visível” através do meu discurso (HARTOG, 1999, p.251, 273, 276, 278).

É a *autópsia* que atesta e reúne o diferente de além ao semelhante de aquém. Quando o narrador diz *eu vi*, ele fecha o espaço possível de modulação da informação usualmente deixado ao leitor, uma vez que a autoridade de quem viu serve como marca de veracidade, de realidade, para que não seja contestada a informação. Até pode-se questionar, mas esta tarefa demanda grande esforço de reconstrução da operação realizada antes pelo autor. O narrador que *viu* mantém sob o controle de suas rédeas o leitor que apenas *ouviu* ou *leu*. Quando Euclides propôs que suas impressões pudessem ser “verdadeiras ou ilusórias”, ele o fez apenas depois de ter escrito as seguintes frases: “sejamos simples copistas. [. . .] Reproduzamos, intactas, todas as impressões”. É como se o narrador dissesse: “o que eu vos digo pode até não ser verdadeiro, apesar disto, ainda sim vos direi estritamente aquilo que vi”. Caso suas “impressões” fossem “ilusórias”, a cientificidade pretendida para sua narrativa estaria salva graças ao rigor objetivo com que postulou sua atividade de observador. O potencial problema seria então parte integrante do objeto estudado assim como de seus atributos, e não do observador, como sugeriu Euclides ao afirmar que, “de fato, o clima aí inteiramente subordinado ao fâcies geográfico viola as leis gerais que o regulam”, mesmo que fossem “leis naturais invioláveis” (CUNHA, 2002, p.158, 166, 205).

Os sertões, elaborado com pretensão à cientificidade, por mais que tenha apresentado equívocos e denegações teóricas, ficou legitimado pelo testemunho do autor. Em caso de dúvida, o crítico haveria de enfrentar uma dupla blindagem textual. Uma seria a cientificidade concedida à obra por sua construção apoiada em documentos e pressupostos teóricos cientificistas. Não bastando, surgiria então o poder legitimador do testemunho. Por um

movimento aparentemente paradoxal, fechavam-se os espaços possíveis a dúvidas justamente pelo recurso à abertura ficcional do discurso.

Devemos considerar que na época do lançamento da referida obra, os críticos literários de plantão há muito desejavam que alguém estabelecesse os postulados definidores da natureza brasileira, como o fez paradoxalmente Euclides nas suas histórias d'*Os sertões*. Nosso autor afirmou em inúmeras situações que não desejava estabelecer tal definição, pois tinha consciência da complexidade de tal empreitada. Estabelecer a essência do brasileiro, “tipo abstrato”, “é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos”, que apesar de hipoteticamente bem intencionados, ainda “fundem as três raças consoante os caprichos que os impelem no momento. E fazem repontar desta metaquímica [sic.] sonhadora alguns precipitados fictícios”. Pois para o autor, o Brasil não tinha uma “unidade de raça” e talvez nunca tivesse, chegando mesmo a afirmar que “não há um tipo antropológico brasileiro”. Euclides afirmaria ainda que o sertanejo “era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade”. Nas três primeiras partes d'*O Homem*, o autor esboçou uma argumentação histórica pretensamente científica para explicar a gênese do sertanejo enquanto tipo nacional por excelência. Entretanto, ele não avançou na explicação. A partir deste ponto, ele desacelerou sua exposição. Perante as dificuldades de se definir o objeto que anteriormente ele mesmo havia postulado como inexistente, seus argumentos começaram a se arrefecer entre a ficção literária e alguns esparsos dados científicos. Diante da dificuldade ele apenas constatou, não explicou (VENTURA, 2000, p.11-29; CUNHA, 2002, p.151, 156, 175, 190).

No final da segunda parte d'*O Homem* Euclides estabeleceu que a lei que rege a evolução das sociedades é a luta pelo desenvolvimento das raças, “luta comovedora e eterna caracterizada pelo belo axioma de Gumpłowicz como a força motriz da História”. Mas nos dois últimos parágrafos desta parte ele retomou o poder legitimador de seu testemunho – através de sua *autópsia* – para garantir suas elucubrações pretensamente científicas acerca da gênese do sertanejo (CUNHA, 2002, p.202). O que até então ele havia postulado como verdade nas páginas anteriores, ele buscou lastrear afirmando que:

Sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos (CUNHA, 2002, p.205).

Ao descrever o sertanejo e seus costumes, por exemplo, a vaquejada e a perseguição dos vaqueiros aos bois fugidos no *estouro*, apesar de nunca ter visto tais cenas, as narrou

como se realmente as tivesse presenciado. Certa vez, competindo com seu amigo Francisco Escobar para estabelecer quem faria a melhor narrativa do *estouro* da boiada, esse último, que havia de fato presenciado o fenômeno, após ter escutado a narração de Euclides, desistiu da competição, dizendo ainda que: “Eu vou então ler alguma coisa depois disso? Não é possível que o senhor não tenha visto pelo menos cem estouros de boiada...” (RABELLO, 1946, p.158).

Assim, ele garantiu a legitimidade do que narrou em função de seu testemunho, de ter experimentado a alteridade do sertão e do sertanejo. Se esse era um “retrógrado”, ele o havia paradoxalmente visto *in loco*, abandonado no sertão havia três séculos. Os objetos descritos pelo autor eram desconhecidos da grande massa da população: o sertão e o sertanejo viviam isolados da “civilização” litorânea, ainda seguindo o ritmo da natureza. Mais do que nunca dizer o indizível, a alteridade arrebatadora do sertão e do sertanejo, era convencer o leitor pelo pressuposto de que o autor narrou, por mais fantástico que pudesse parecer, aquilo que ele próprio viu. Euclides narrou cenas tão detalhadas que parecia impossível aos seus interlocutores que ele não as houvesse presenciado. O fato de que, antes de iniciar tais descrições, ele tenha afirmado que seria simples copista, e que narraria “intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias” que presenciou “quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar”, deu de frente, “numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali” estavam não foi gratuito. A estratégia retórica de convencer o leitor pelo argumento da autoridade de quem *viu*, de quem presenciou o fato narrado, mesmo que não o tenha feito, fundamenta todo seu texto. Desta forma, os impasses e tensões cognitivos surgidos ao autor pelo confronto com a alteridade radical do sertão sumiam de forma análoga à empreendida pelos jagunços com suas táticas de guerrilha: se camuflaram no próprio meio que os criou, tornando-se parte integrante desse meio e de certa forma imperceptíveis.

Referências bibliográficas

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of The History of Science in the Iberian World*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

_____. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

D'ALLONNES, Myriam Revault. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

DARWIN, Charles. *Origem das espécies*. Porto: Chardron, 1999.

DECCA, Edgar Salvadori de. *Literatura em ruínas ou ruínas na literatura?* In: *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.149-173.

DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo, Ensaio sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora UNB, 2004.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

_____. *Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004.

KUNST, Rafael Vicente. *Os usos da antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX* In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-44.

RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Biografias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.